

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 195

Presidente visita varas do trabalho no interior do Paraná



Vice-Presidência tem espaço ampliado
Novo layout permitiu a intensificação das audiências de conciliação. Nos três primeiros meses do ano, foram realizados 181 acordos, que movimentaram mais de R\$ 15 milhões.

► PÁGINA 3

TRT tem novo desembargador
Magistrado Francisco Roberto Ermel foi empossado, em março, no Tribunal e assume vaga deixada pelo desembargador aposentado Rubens Edgard Tiemann.

► PÁGINA 6

Galeria de Corregedores ganha novo retrato

Uma solenidade realizada no dia 15 de março, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, em Curitiba, marcou a aposição do retrato do desembargador Tobias de Macedo Filho na Galeria de Corregedores da Justiça do Trabalho do Paraná.

O desembargador Tobias de Macedo Filho, decano do TRT-PR, ingressou na Justiça do Trabalho em 1976, em vaga destinada ao quinto constitucional dos advogados, como juiz togado do TRT paranaense. Seis anos depois, foi eleito por unanimidade para a vice-presidência do órgão. Em 1984, tornou-se, também por eleição direta unânime, o mais jovem juiz do Tribunal a exercer a presidência, por um período de dois anos. Em 1995, voltou a exercer cargo de relevância no Tribunal, o de corregedor regional da Justiça do Trabalho no Estado, razão da homenagem.

Em seu discurso, o desembargador Tobias de Macedo Filho disse estar honrado com a homenagem, “resultado da dedicação, desde 1976, em prol desta Corte”.

Para o corregedor regional do TRT-PR, desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior, a homenagem tem dois significados: o de natureza pessoal, pelo reconhecimento a quem exerce a função de corregedor no TRT-PR, e o de natureza histórica, pela “importância do desembargador Tobias para a criação e manutenção do Tribunal”.

Flaviane Galafassi



Desembargadores Dirceu e Tobias durante solenidade de aposição do retrato



Desembargador Tobias: "Dedicação, desde 1976, em prol desta Corte"

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Fernando Alves

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Bruno Calzavara, Daniella Féder,

Letícia Gabriele e Marcos Dias

Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Marcos Dias e arquivo do TRT-PR

Revisão:

Fernando Alves e Flaviane Galafassi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Ilustração:

Thiago Venâncio

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

Visão do TRT-PR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista".

TRT-PR intensifica acordos trabalhistas

O TRT-PR, atendendo proposta do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - Núcleo de Conciliação – lança em abril a primeira edição do Boletim da Conciliação.

Com edição mensal, eletrônica, o informativo tem a proposta de levar aos magistrados, servidores e demais interessados, informações sobre as ações voltadas ao acordo no âmbito da Justiça do Trabalho do Paraná, além de experiências de outras instituições no esforço pela composição entre as partes.

O Núcleo de Conciliação do TRT-PR foi criado, em dezembro de 2011, em atenção à política judiciária nacional de conciliação instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Ao pautar-se na conciliação, ao aproximar as partes, facilitar o diálogo e conduzir à composição amigável, não apenas se reduz a despesa do Estado, os incidentes na execução e o tempo demandado para a solução dos conflitos: fomenta-se a paz social tão desejada pela sociedade”, diz a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

Compõem o Núcleo de Conciliação, os desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão e Luiz Eduardo Gunther (coordenador), juiz Eduardo Milléo Baracat, e os servidores

Edson Mitsuo Ito, Ingrid Block Malucelli, Marieta Giannico de Coppio Siqueira Nobile e Ana Carolina Martinhago Balam.

Além do Boletim da Conciliação, várias outras ações fazem parte do projeto da conciliação projetado pelo Núcleo. Entre eles, o I Encontro Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho que ocorrerá em maio no TRT-PR e que contará com renomados juristas e também estudiosos das áreas de Psicologia, Filosofia, entre outros, para a promoção, intensificação e disseminação da cultura conciliatória.

De acordo com o coordenador do Núcleo de Conciliação, desembargador Luiz Eduardo Gunther, há projetos para a edição de um livro sobre a conciliação, instituição de um Conselho Nacional de Núcleos Trabalhistas, lançamento de cartilha e revista eletrônica, bem como a promoção de campanhas em prol da cultura do acordo. “Também vamos atuar junto às universidades. A proposta é realizar seminários em parceria com as Faculdades de Direito sobre o tema da Conciliação, incentivando a prática conciliatória e a necessidade de instituir uma disciplina específica sobre o assunto”, informa o desembargador.

Flaviane Galafassi

Espaço da Vice-Presidência é reestruturado

O vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargador Altino Pedrozo dos Santos, pretende, em sua gestão, dar continuidade à iniciativa conciliatória iniciada, em 2011, pela presidente Rosemarie Diedrichs Pimpão.

Para tanto, o espaço da Vice-Presidência foi reestruturado para comportar duas novas salas de audiência e área de espera para os jurisdicionados e seus procuradores. As alterações foram prontamente autorizadas pela presidente e realizadas rapidamente pelo Serviço de Engenharia e Arquitetura.

O novo layout permitiu a intensificação das audiências conciliatórias, as quais passaram a ser realizadas, de segunda a quinta-feira, durante todo o período vespertino. As audiências são realizadas pelo vice-presidente e pelo juiz auxiliar da Vice-Presidência, Eduardo Milléo Baracat. Nos três primeiros meses do ano, foram realizados 181 acordos, que movimentaram R\$ 15,6 milhões.

A Vice-Presidência possui competência para conciliar demandas a partir da publicação do acórdão deste Regional até o julgamento definitivo pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Interposto o recurso de revista, ainda antes de proferido o despacho de admissibilidade, os processos são submetidos a uma triagem cautelosa, na

qual se verifica a possibilidade de transação, e, em seguida, é designada audiência para a tentativa de conciliação nos selecionados.

As partes podem, a qualquer momento, solicitar o agendamento de audiências, por meio de contato telefônico, correio eletrônico ou petição nos autos. A intenção é dar efetividade máxima à norma celetista que determina que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação” (CLT, art. 764).

Ana Carolina Martinhago Balam



Marcos Dias

Estrutura da Vice-Presidência para audiências de acordo

Presidente visita varas do trabalho do PR

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, iniciou neste ano visitas às unidades judiciárias do TRT em todo o Estado. As visitas fazem parte da proposta de interiorização da Justiça do Trabalho, com ações voltadas a aproximar a Administração do TRT-PR às unidades jurisdicionais trabalhistas.

As visitas ao Interior do Estado começaram no dia 9 de janeiro, primeiro dia de trabalho após o recesso no Judiciário. A presidente esteve nas unidades judiciárias de Londrina, Cambé, Arapongas e Rolândia. No dia 18, esteve nas 23 Varas do Trabalho de Curitiba também para ouvir juízes e servidores sobre as condições de funcionamento do Fórum Trabalhista.

Em 24 e 25 de janeiro, receberam a presidente as Varas do Trabalho de Maringá, Nova Esperança, Paranavaí e Porecatu. Em 16 de fevereiro, as visitas prosseguiram nas varas do Trabalho de Pinhais e de São José dos Pinhais e as

unidades da Justiça do Trabalho do bairro Cajuru, em Curitiba, onde estão instalados o arquivo de Curitiba, a Seção Memória e o Projeto Horizontes.

Em 2 de abril, a presidente visitou os fóruns de Cascavel e Foz do Iguaçu. Em Cascavel, inaugurou o primeiro núcleo da Escola Judicial no interior do Estado.

A presidente visitará todas as unidades neste ano. "A prática de levar a Administração para o Interior será constante nesta gestão, no intuito de oferecer um judiciário mais acessível a todos", ressaltou. Nas unidades que visitou, a presidente ouviu juízes, servidores, advogados e representantes da sociedade. Também esteve com representantes dos poderes locais. "Só será possível atender de maneira igualitária a todos se conhecer a realidade de cada unidade", completou.

Flaviane Galafassi



Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão e os magistrados do Fórum Trabalhista de Maringá



Desembargadora Rosemarie, juiz Luiz Antonio Bernardo e servidores da VT de Nova Esperança



Magistrados e servidores da Vara do Trabalho de Porecatu



Magistrados do Fórum Trabalhista de Londrina



Juiz Carlos Conte, presidente da OAB de Paranavaí, Fábio Franco, juíza Ester Lima e prefeito Rogério Lorenzetti

TRT-PR tem novo desembargador

O magistrado Francisco Roberto Ermel foi empossado no dia 12 de março como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). O ato de posse foi realizado no gabinete da Presidência do TRT-PR, em Curitiba. A sessão solene de ratificação de posse ocorreu no Plenário do TRT-PR, em 13 de abril.

"Poucos minutos atrás, fiz o juramento protocolar, a promessa categórica e pública de cumprir e respeitar a Constituição e as Leis. Àquela declaração oficial, quero apenas acrescentar: esperei por muitos anos o dia de hoje, sempre com o pensamento de ser útil à sociedade paranaense e brasileira. Agora, é momento de comprometer-se ainda mais. Momento de assumir o compromisso de atuar nesta casa com entrega, dedicação e zelo, que possam me equiparar aos demais desembargadores que dela fazem a morada da Justiça", disse o desembargador Francisco Roberto Ermel em seu discurso de posse.

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, lembrou em seu discurso a trajetória do magistrado. "Nós, os desembargadores com os quais tem interagido no período de sua convocação para as Turmas, somos testemunhas da dedicação, do aprumo, da qualidade e do imenso valor com que exerce a judicatura, granjeando e conquistando a admiração sincera de cada um. A serenidade, que transparece de sua postura pessoal e sua



Desembargador Francisco Roberto Ermel

cultura jurídica ímpar, que emerge de suas sentenças, despachos, votos e acórdãos, dão-nos a certeza generalizada do quanto será abrilhantado este Tribunal", enfatizou.

▶**TRAJETÓRIA** - Francisco Roberto Ermel ingressou na Magistratura em 1990 e nos últimos 19 anos foi juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Londrina. Até a presente data, estava convocado para o Tribunal. Foi nomeado para desembargador do TRT-PR, pelo critério de antiguidade, para atuar na vaga do desembargador aposentado Rubens Edgard Tiemann.

Flaviane Galafassi

Senado aprova 11 varas no Paraná

O Plenário do Senado aprovou, em 11 de abril, o Projeto de Lei da Câmara número 6 de 2012, que cria 11 novas varas para o Paraná. O projeto depende de sanção presidencial.

Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, a atuação do senador Álvaro Dias, relator, foi fundamental para a rápida tramitação do processo. O projeto foi protocolado no Senado em 19 de março e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em 4 de abril. No mesmo dia, o senador fez um Requerimento de Urgência, que obrigou a votação do Plenário em um prazo máximo de duas sessões. "Já enderecei ao senador o reconhecimento da comunidade paranaense pelo pronto apoio ao projeto e

sua preocupação com a comunidade jurídica paranaense. Também é importante lembrarmos da atuação dos nossos deputados - em especial do relator do projeto na Câmara, deputado Sandro Alex, e do deputado André Vargas - que revelaram grande espírito público no encaminhamento e tramitação do projeto", ressaltou a presidente.

Além da criação das 11 varas, estão previstos novos cargos de Juiz do Trabalho, servidores efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas. O projeto prevê a criação de varas do trabalho em Apucarana, Bandeirantes, Cascavel, Colombo, Cornélio Procópio, Francisco Beltrão, Pato Branco, Ponta Grossa, Porecatu, São José dos Pinhais e Toledo.

Anteprojeto prevê criação de mais nove varas

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou o anteprojeto de lei que cria mais nove varas do trabalho para o Paraná, além de cargos de juizes e de servidores. Essa nova estrutura prevê a criação de varas do trabalho nas cidades de Arapongas, Cambé, Campo Largo, Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, Pinhais, Ponta grossa e Umuarama. Os novos cargos buscam suprir, ainda, a demanda apresentada com a criação das 11 varas aprovadas pelo Senado. O anteprojeto aprovado pelo CSJT ainda dependerá de exame pelo CNJ para depois ser transformado em Projeto de Lei.

Curso de especialização em Direito prepara servidores de gabinetes no TRT

Assessores e assistentes de desembargadores do TRT-PR iniciaram, em 29 de fevereiro, na Escola Judicial, o Curso de Especialização em Direito: Capacitação Avançada para o Assessoramento da Jurisdição Trabalhista. A solenidade de abertura foi presidida pela desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presidente do TRT-PR, e contou com conferência ministrada pelo professor Clèmerson Merlin Clève, que examinou o tema "Direito Constitucional e emancipação social".



Professor Clèmerson Clève

Na oportunidade, a presidente ressaltou aos presentes que "o tema escolhido amolda-se como poucos ao ramo do Direito que é o social, por excelência. Afinal, os princípios da Constituição Federal de 1988, não por acaso chamada 'Carta Cidadã', são de tal relevância para a coletividade, que o próprio parágrafo primeiro do artigo quinto consagra a aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais, o que abrange os de cunho social, lato sensu, e os do trabalho, particularmente".

De acordo com o professor Clèmerson Merlin Clève, o processo modernizador do País começou com a Constituição de 1988, que "é um marco significativo na história brasileira", e lembrou que mesmo após 20 anos "ainda estamos a descobri-la". Relatou que "o discurso hegemônico, hoje, no Brasil, é o da efetividade da Constituição, da releitura dos direitos constitucionais".

O conferencista deu ênfase ao papel do Judiciário no processo modernizador da Constituição de 1988. "Precisamos de um judiciário que se preocupe com a aplicação do Direito para a realização da justiça, mas também um judiciário que também entenda que ele deve participar do diálogo no sentido macro, para a produção de políticas de estado e políticas públicas necessárias para a construção dessa sociedade livre, justa e solidária". Para concluir, ressaltou o professor, "eu digo que nós precisamos de um juiz que seja simultaneamente um juiz e cidadão".

Para a vice-diretora da Escola Judicial, desembargadora Ana Carolina Zaina, a conferência foi essencial para o aperfeiçoamento dos servidores e magistrados presentes. "É de

relevância ímpar porque permanecemos na condição de alunos, mas também na condição de magistrados. Princípiam uma tentativa sincera de realizar a meta do TRT como instituição: ofertar a essa sociedade do século XXI uma prestação jurisdicional célere e de qualidade."

O curso de especialização faz parte do projeto plurianual de capacitação de assessores e assistentes de desembargadores e juizes de todo o Paraná e irá oferecer oito turmas de Especialização, até o final de 2016.

As aulas da primeira turma, composta por 50 servidores, estão sendo ministradas na Escola Judicial em Curitiba, sendo a UniBrasil (Faculdades Integradas do Brasil) a instituição de ensino superior responsável pelo curso. A programação foi construída a partir das necessidades apontadas por pesquisas junto aos magistrados e servidores, além da análise dos resultados das atividades de capacitação oferecidas pela Escola Judicial, desde sua criação. As pesquisas demonstraram ser exigida preparação teórica diferenciada do servidor que atua em apoio direto à realização da atividade-fim do Tribunal, capacitação que é o objetivo principal da iniciativa.

O curso alinha-se às diretrizes de planejamento e gestão estratégicas do TRT-PR, cumpre o Projeto Pedagógico da Escola Judicial aprovado pela RA 57/2009 e foi elaborado conforme metodologia de projeto da instituição, que vem sendo desenvolvida desde 2010. A reunião dessas características permitirá direcionar a formação dos servidores para a melhor prestação de serviços à sociedade.

Flaviane Galafassi

Direitos Humanos em discussão

A aula do dia 22 de março teve a participação do professor titular de Filosofia do Direito da Universidade de Sevilha, David Sanchez Rubio, que abordou o tema Direitos Humanos e Direito do Trabalho na Europa e América Latina. A aula também foi aberta a demais interessados no assunto.

Segundo o professor, o tema é envolvente, uma vez que os países constitucionalistas, de uma maneira geral, não têm cultura firmada em relação aos direitos humanos. "A crise econômica que assola os países da Europa tem refletido no desenvolvimento desses direitos com a privatização e a contenção à imigração. No Brasil, ao contrário, que vem crescendo economicamente, esse tema tem se apresentado não somente através de questões normativas, que não são suficientes, mas através de movimentos como os sem terra, sem teto e quilombolas", explicou.

TRT, MTE e MPT se unem em proteção a condições de trabalho adequadas



Representantes das três instituições se reuniram no gabinete da Presidência do TRT-PR

O compartilhamento de informações entre o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-PR) e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-PR) possibilitará uma atuação mais eficaz de proteção aos direitos dos trabalhadores. Essa troca de informações será possível graças ao Fórum Interinstitucional Permanente, formado pelas três instituições, e que busca mecanismos tecnológicos para aprimorar essa integração.

“Um sistema integrado de tutela dos interesses fundados no direito do trabalho é a melhor forma de assegurar eficiência a esses órgãos. Destacam-se a Superintendência do Trabalho, com o conhecimento técnico específico de seus integrantes no exercício da inspeção do trabalho, de onde advém uma capacidade muito grande de esclarecimento dos fatos, agregando conteúdo às medidas de proteção, em suas ações fiscais. O Ministério Público do Trabalho, detentor da legitimidade constitucional para a defesa desses interesses por meio dos variados instrumentos jurídicos de que dispõe. A Justiça do Trabalho, como instituição da qual emanam as tutelas inibitória e mandamental necessárias para a proteção dos interesses transindividuais, aplicando as sanções mais severas e concretas”, explica o juiz auxiliar da Presidência do TRT-PR, Paulo Henrique Conti.

De acordo com ele, “mostra-se necessário instituir sistemas de atuação conjugada e coordenada entre esses entes, que formam complementarmente o aparato público de prevenção e repressão às condutas agressivas ao meio ambiente de trabalho, para que estejam mais aptos a promover ações de eficácia coletiva e de impacto abrangente. Assim, cumpre-se a “meta 8” de eficiência

operacional estabelecida no Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário pela Resolução 70, do Conselho Nacional de Justiça”.

Com o compartilhamento de informações entre as instituições, informa o juiz Paulo Conti, “será possível conhecer, por exemplo, quais são os maiores infratores da legislação trabalhista e, desta forma, atuar mais eficazmente, não somente na proteção dos interesses dos trabalhadores, mas também em proteção aos interesses dos bons empregadores, que sofrem com a concorrência desses infratores contumazes”.

Conforme levantamento da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, dentro do projeto “Grandes Infratores”, que analisou o número de infrações registradas nas fiscalizações, 156 grandes grupos empresariais, que contam com 3.784 estabelecimentos e empregam cerca de 9% dos trabalhadores formais do Estado, estão entre os maiores infratores no Paraná. A estatística foi montada de acordo com os autos de infrações registrados no período de 2005 a agosto de 2011. Nesse período, 9.272 autos de infrações foram lavrados contra esses grupos de grandes empresas, numa média de aproximadamente 1.400 por ano, sendo os itens mais violados os relativos à jornada de trabalho e ao descanso. Também foram registradas infrações em relação a temas específicos de higiene, saúde e segurança dos trabalhadores.

Para o auditor fiscal Ênio Soares, o trabalho conjunto permitirá que “a fiscalização haja de maneira global e completa sobre um determinado grupo empresarial, coibindo as violações à legislação trabalhista”.

Flaviane Galafassi

Justiça realiza Campanha de Páscoa

Várias campanhas foram realizadas pela Justiça do Trabalho em todo o Paraná para celebrar a Páscoa. De ovos de chocolate a fraldas geriátricas, as doações buscam contribuir com instituições que ajudam idosos e crianças.

A campanha da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TRT-PR, em Curitiba, arrecadou 207 ovos de chocolate e 52 caixas de bombons. Das doações recebidas, foram entregues 92 ovos de Páscoa para a Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção (AMCIP), que há 15 anos atende crianças com deficiência cognitiva, afetiva e social e tem um trabalho voltado à prevenção dessas deficiências. Os outros 115 ovos foram entregues para os funcionários de empresas terceirizadas pelo Tribunal, que foram escolhidos por sorteio. As caixas de bombons foram enviadas para a Casa do Caminho, em Almirante Tamandaré, que recebe jovens e crianças da região.

Em Londrina, a Comissão de Responsabilidade Social do Fórum Trabalhista arrecadou 582 kits, com ovos, bombons, balas e pirulitos. A arrecadação foi distribuída entre os centros de educação infantil do conjunto Santa Fé, Jardim São Lourenço, Matilde Vicentini e o do conjunto Milton Gavetti. A campanha beneficiou 520 crianças que são atendidas diariamente pelas instituições. Também foram entregues 62 kits ao Centro de Assistência de Recuperação de Vida, que recebe usuários de drogas para reabilitação. Além dessas instituições, caixas de doces com pirulito, balas e chocolates foram entregues para o assentamento de São Jorge, na região.

A Campanha de Páscoa da Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, que recebeu doações de advogados, empresas, sindicatos, instituições bancárias, peritos, jurisdicionados, servidores e magistrados, arrecadou 1.553 ovos de chocolate. As doações beneficiaram crianças de nove creches públicas da cidade, sete escolas Municipais e três entidades assistenciais. Foram doados também 33 ovos para as crianças das famílias atendidas mensalmente pela campanha permanente de cestas básicas realizada pela VT.



Crianças de escola pública de Cornélio Procópio



Servidores entregam ovos de Páscoa em Curitiba

Na campanha do Fórum da Justiça do Trabalho de Araucária, foram recebidos 51 kits contendo um ovo de 240g e um urso de pelúcia. Todos os kits arrecadados foram doados para as crianças cadastradas na Casa da Criança na Lagoa Grande. A instituição foi inaugurada em 2009 e atende crianças de 6 a 14 anos, nos períodos da manhã e da tarde, da área rural de Araucária. A entrega ocorreu no dia 2 de abril, em um evento que contou com apresentações de dança e teatro, organizada pelas crianças da instituição.

A Campanha de Páscoa promovida pela Comissão de Responsabilidade Social do Fórum Trabalhista de Guarapuava arrecadou 209 ovos de chocolate. Como destino para as doações, foram selecionadas duas instituições: a Escola Municipal Pedro Itararé e a Instituição Bethânia. Na primeira, foram entregues 174 ovos, para os alunos da 1º e 2º séries. Já a Instituição Bethânia – que desde 1996 acolhe jovens com dependência química - recebeu os 35 ovos restantes.

► **DIVERSOS** - Nem ovos e nem chocolates! Neste ano, a campanha de Páscoa no Fórum Trabalhista de Ponta Grossa teve uma função diferenciada, focada na arrecadação de alimentos não perecíveis, material de higiene pessoal, roupas de cama e banho, material de limpeza e fraldas geriátricas. As doações, que prosseguem até o dia 25 de abril, serão destinadas ao asilo “Lar das Vovozinhas Balbina Branco”, que abriga 48 idosas, entre 60 a 101 anos de idade.

A instituição, que sobrevive por meio de doações e subsídios governamentais, atende apenas mulheres que, de alguma forma, foram vítimas de abuso. Proporciona auxílio à saúde, moradia, lazer, educação, socialização, atividades físicas e passeios culturais para as idosas.

Os interessados em contribuir para a campanha poderão entregar as doações até o dia 25 de abril em quaisquer das Varas do Trabalho do Fórum de Ponta Grossa.

✍ Marcos Dias

Exposição no TRT-PR conta a história dos ferroviários paranaenses

Mostra fica aberta até 15 de junho no Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná

Foi aberta, no dia 15 de março, no TRT-PR, a exposição “Os Ferroviários e a Justiça do Trabalho no Paraná”. Até o dia 15 de junho, o público poderá acompanhar a mostra, que reúne processos trabalhistas da categoria ajuizados a partir da década de 1940, fotografias, quadros, vestuário, mobiliário e instrumentos de trabalho de valor histórico. O material foi cedido pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Museu Ferroviário de Curitiba.

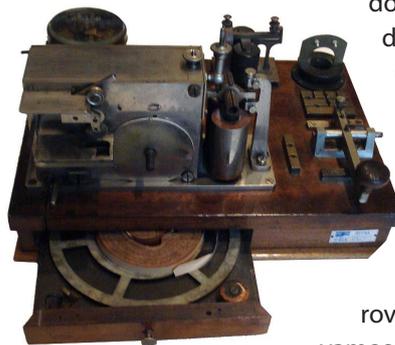
“A exposição dos ferroviários no Tribunal do Trabalho da 9ª Região vem ao encontro da própria história do Tribunal e suas conquistas referentes aos trabalhadores da época e que nortearam os trabalhadores atuais em suas melhorias de condições de trabalho”, disse a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

A abertura da exposição contou com a presença de magistrados, servidores, advogados, representantes dos ferroviários e o público interessado na história da categoria.

Para o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), José La Pastina Filho, a exposição revela uma história importante do trabalhador. “Podemos ver aqui a reconstituição da bilheteria de uma estação, móveis da sala de espera, sino, comunicação visual, placas, além das fotografias, entre as quais



Magistrados e visitantes observam exposição no TRT-PR



Aparelho de telégrafo

quatro são muito importantes porque são de autoria de um fotógrafo oficial do império brasileiro chamado Marc Ferrez e datam de 1885, época da construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba”, contou. O Iphan é o instituto responsável pela guarda desse material histórico.



Relógio de estação ferroviária

Um dos presentes à exposição, o ferroviário aposentado João de Sousa Albino, atual presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Paraná e Santa Catarina, lembrou da época em que trabalhava como ferroviário – foi guarda-freio, foguista e maquinista, inclusive de Maria Fumaça -, e as dificuldades do trabalhador da época. “Foi um período muito sofrido, porque naquele tempo não tinham pena do ferroviário. Parecia que quanto mais trabalhávamos, mais tínhamos que trabalhar. Não sei se as leis na época eram mais difíceis. Hoje, são mais rigorosas e dão muita atenção ao próprio ferroviário”.

O trabalho insalubre, com a exposição dos trabalhadores ao frio, chuva e calor, relata o aposentado João Albino, era a parte mais difícil da profissão. “Era sofrido porque o trem era muito comprido, muito grande, e sofríamos na boca de uma fornalha. Tempo difícil”, ponderou.

Para o engenheiro Paulo Sidnei Ferraz, chefe do escritório regional da Rede Ferroviária pós-privatização, e estudioso da história desses trabalhadores, “os ferroviários não são só uma categoria, mas a história mostra que foram precursores de várias atividades coletivas”. Entre elas, explicou Ferraz, a previdência social. “Foi pela caixa de pecúlio dos ferroviários (era freqüente o número de trabalhadores que morriam no exercício da atividade) que se deu início à previdência”.

A exposição “Os Ferroviários e a Justiça do Trabalho no Paraná” vai até o dia 15 de junho e fica aberta de segunda a sexta-feira, das 10 às 19 horas, no Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Curitiba. Informações pelo telefone (41) 3310-7741 ou pelo e-mail memorial@trt9.jus.br.

Flaviane Galafassi

Escola Judicial tem novos integrantes



Desembargadora Marlene, juízes Lourival, Sandra, Paulo, Valéria e desembargador Arion

O Conselho Administrativo da Escola Judicial do TRT-PR passou a ter novos integrantes, conforme a Resolução Administrativa 102/2011 do Órgão Especial. A diretora é a desembargadora Marlene Fuverki Suguimatsu e a vice-diretora, a desembargadora Ana Carolina Zaina. Fazem parte da comissão o juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (coordenador), o juiz Eduardo Miléo Baracat (vice-coordenador), os desembargadores Arion Mazurkevic e Nair Maria Ramos Gubert e os juízes Cassio Colombo Filho, Valéria Rodrigues Franco da Rocha, Lourival Barão Marques Filho e Rafael Gustavo Palumbo.

Entre os primeiros eventos realizados pela Escola Judicial, neste ano, está o seminário "Trabalho como Questão de Direitos Humanos". O seminário ocorreu nos dias 15 e 16 de março e a palestra de abertura foi realizada pela professora Flávia Piovesan. Na abertura do seminário, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presidente do TRT-PR, ressaltou a importância do encontro e o fato de que os direitos humanos constituem o cerne que alicerça o Direito em geral e, de modo muito específico, o Direito do Trabalho. "Existir, meramente, não é viver, senão com os direitos fundamentais da pessoa humana assegurados e usufruídos", disse a presidente.

► **DIREITO PREVIDENCIÁRIO** - A repercussão dos acidentes de trabalho em matéria trabalhista, tributária e previdenciária, contribuições à previdência, auxílio doença e acidente, aposentadoria por invalidez e por idade são alguns dos temas aprofundados no Curso de Direito Previdenciário que a Escola Judicial promoveu nos dias 8 e 9 de março, em Curitiba. O curso, ministrado pela professora Cláudia Salles Viana, autora de artigos e livros nesse assunto, buscou atender a uma demanda apresentada por magistrados e servidores da Justiça do Trabalho.

Além de Curitiba, o Curso de Direito Previdenciário também ocorreu nos dias 29 e 30 de março em Cascavel, e será realizado nos dias 19 e 20 de abril, em Maringá; 17

e 18 de maio, novamente em Curitiba, e 31 de maio e 1º de junho, em Londrina.

► **OFICIAIS DE JUSTIÇA** - A Escola também promoveu, em março, a primeira oficina de procedimentos básicos de informática para oficiais de justiça avaliadores federais. O curso deste ano é um projeto piloto, com o diferencial de utilização de oficina prática para o treino de procedimentos operacionais, facilitados por tecnologia de informação e comunicação, em educação presencial, com carga horária de três horas.

Além dos cursos presenciais relacionados à informática, a Escola Judicial promoverá os cursos em Educação a Distância (EAD) de "Avaliação Patrimonial de Imóveis Urbanos" e "Elaboração de Certidões", ambos voltados aos oficiais de justiça.

► **CÁLCULO** - Também foi realizado em março um curso de cálculos jurídicos para os estagiários de Direito da instituição. A abertura das aulas foi feita pelo juiz Eduardo Milléo Baracat. "O principal foco é a busca de alternativas para intensificação dos acordos, pois ao chegar na sala de audiência o juiz terá como aliada essa nova ferramenta de cálculos, que possibilitará o levantamento dos valores devidos no processo".

Também participaram da abertura do curso o servidor aposentado do Tribunal Juarez Varallo Pont, economista de formação que lançou em 2010 a 13ª edição do livro "Cálculos Judiciais Trabalhistas", e o juiz da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba, José Aparecido dos Santos, autor do livro "Curso de Cálculos de Liquidação Trabalhistas", na qual a segunda edição foi publicada em 2008. Segundo o juiz Eduardo Baracat, ambos são referência quando o assunto é cálculos trabalhistas.

Participam do curso estagiários dos Juízes Auxiliares de Conciliação – que atuam na busca de acordos em processos que ainda estão em andamento – e do Projeto Horizontes – processos que se encontram no arquivo provisório de Curitiba.

✍ *Nelson Copruchinski e Marcos Dias*

TRT-PR lança "Service Desk"

Central concentrará atendimento às demandas de informática

Um novo sistema de suporte técnico denominado "Central de Serviços de TI (Service Desk)" começou a funcionar no TRT-PR, desde o dia 19 de março. O serviço é operacionalizado por empresa especializada na prestação desse tipo de trabalho e oferece ao usuário, seja ele o público interno - magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço - ou o público externo - advogados e procuradores - um atendimento centralizado às solicitações de suporte, tanto de infraestrutura como de sistemas de informática. Atende também ao Escritório Digital, ferramenta que engloba algumas atividades relacionadas ao processo eletrônico.

"Com a implantação da nova Central, haverá gradativa liberação dos servidores da área de TI para o trabalho de gestão da infraestrutura e da manutenção e desenvolvimento de sistemas essenciais para a melhoria e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional", explica Jaime de Britto, diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), lembrando que haverá melhoria tanto para o atendimento interno quanto para o público externo.

De acordo com Cláudio Jorge de Lima, Diretor do Serviço de Suporte Técnico (SS-TEC) e gestor do contrato do Service Desk, a empresa contratada por meio de licitação - Connectcom - passou por vários treinamentos para ambientação com as ferramentas utilizadas pelo TRT-PR e gradativamente ampliará o atendimento ao usuário. "Teremos uma melhoria contínua do serviço, que evoluirá à medida que o conhecimento sobre as necessidades dos usuários seja estruturado".

Conforme explica o fiscal do contrato, Daniel Silva, o trabalho realizado pela Central de Serviços permitirá o mapeamento de todos os procedimentos, possibilitando a identificação de melhorias e sua implementação gradativa. "Progressivamente, todos os demais sistemas informatizados utilizados pelo Tribunal, principalmente o SUAP e o E-Gab, também terão suporte técnico prestado pela nova Central de Serviços", conclui.

O suporte aos usuários passou a ser realizado por um único telefone: (41) 3310-7120. O público interno pode solicitá-lo, ainda, pela Intranet, em "Solicitação de Serviços", e os usuários externos pelo Escritório Digital. O atendimento é de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8 às 20 horas.

Flaviane Galafassi



Equipe da Central de Serviços de Tecnologia da Informação

Ensine um iletrado a ler e escrever

Estão abertas as inscrições para o Programa Alfabetização do TRT-PR. Os servidores e magistrados que tiverem conhecimento de pessoas iletradas podem cadastrá-las no controle de tramitação administrativa (CTA). Lá, está disponível um formulário chamado Cadastro Alfabetização. Basta acessá-lo e informar nome completo, endereço e telefones do interessado. Se possível, RG, CPF também. Qualquer pessoa iletrada com idade superior a 15 anos pode participar, mesmo que não possua documentos oficiais de identificação.

O Programa Alfabetização é fruto da assinatura do Termo de Cooperação Técnica 26/2011, celebrado entre o Tri-

bunal e a Secretaria de Estado de Educação (SEED) - órgão responsável por entrar em contato com os iletrados e promover as aulas. Ele integra o Programa Paraná Alfabetizado, desenvolvido pelo Governo do Estado por meio da SEED, em parceria com o Ministério da Educação e Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal. Todas estas ações compartilham o objetivo de alfabetizar jovens, adultos e idosos, reduzindo a taxa de analfabetismo no Paraná que, de acordo com dados do CENSO 2010, é de 10,4%.

Daniella Féder

Justiça do Paraná ganha dois novos juízes

Dois magistrados foram investidos no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), neste início de ano, por meio de permuta com outros juízes.

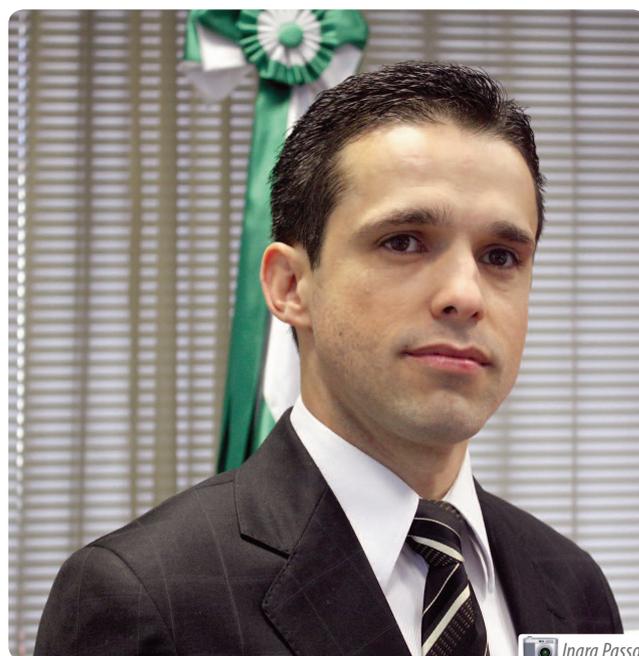
Em 12 de março, foi realizada, no gabinete da Presidência do TRT-PR, em Curitiba, a cerimônia de investidura da magistrada Sibebe Rosi Moleta. Ela fez permuta com o juiz Adriel Pontes de Oliveira, que foi para o TRT de Campinas. “Estou muito emocionada. Esperei por muito tempo este momento. Vou desempenhar um bom trabalho e com bastante qualidade”, afirmou a nova juíza substituta do Tribunal paranaense.

No dia 27 de março, o magistrado Fabiano Gomes de Oliveira foi investido no cargo de Juiz Substituto do TRT-PR no lugar do juiz Arlindo Cavalaro, que foi para o TRT-MG. “A alegria de ser aprovado no concurso público foi imensa, mas este sonho tão desejado somente se tornou completo agora, com o meu retorno para minha querida cidade natal, podendo desenvolver minhas funções próximo de minha família e de meus amigos, em benefício do TRT do Paraná, que me acolheu com tanto carinho e respeito durante o período em que atuei antes como servidor”, disse o magistrado.

Daniella Féder e Marcos Dias



Sibebe Moleta: "Esperei por muito tempo este momento"



Fabiano Oliveira: Sonho de voltar à cidade natal

Literatura em movimento

O Fórum Trabalhista de Maringá criou a campanha “Leitura Para Todos”, que disponibiliza obras literárias para empréstimos numa estante vizinha ao balcão de informações. As pessoas que passarem por lá vão poder sair com livros embaixo do braço. Para escolher o seu, não é preciso se cadastrar ou preencher formulários, apenas assumir o compromisso de, após a leitura, devolvê-lo à estante ou repassá-lo a outro interessado. A campanha tem caráter permanente e os livros estão sendo arrecadados por meio de doações, que devem ser encaminhadas ao Serviço de Distribuição do Fórum, aos cuidados do servidor Alvaro Fernandes.

Londrina e Foz do Iguaçu também estão aderindo à estante. Em Foz, ela será colocada no saguão do Fórum Trabalhista, área de acesso a todas as varas da cidade.

Este tipo de projeto não é novidade no Brasil. As estantes estão por aí, em shoppings, mercados, lanchonetes e até em algumas comunidades carentes do Rio de Janeiro. Elas podem ter conceitos e públicos diferenciados em cada local, mas compartilham o objetivo de estimular e disseminar a leitura. O Fórum Trabalhista de Maringá também possui esta meta, mas acrescentou outra: criar uma cultura de circulação de livros que foram esquecidos nas bibliotecas pessoais depois de lidos. Só não são aceitos livros técnicos e periódicos, como jornais e revistas, pois a ideia é espalhar a literatura.

Boa leitura!

Daniella Féder

Semana da Saúde busca prevenção de doenças e adoção de hábitos saudáveis

Orientação e prevenção foram o foco da Semana da Saúde do TRT-PR, realizada de 12 a 14 de março, em Curitiba, pela Seção Médico-odontológica. Durante três dias, servidores, magistrados, terceirizados e estagiários tiveram a oportunidade de realizar exames, além de participar de questionários e receber informações sobre ergonomia. A novidade deste ano foi o Espaço Emocional, que contou com o atendimento da médica psiquiatra do Tribunal e atividades de relaxamento.

O evento teve a parceria da Unimed Curitiba e do Instituto de Oftalmologia de Curitiba (IOC). As atividades realizadas foram verificação da pressão arterial, do nível de glicemia capilar (nível de açúcar no sangue), avaliação da pressão intraocular (ligado ao desenvolvimento de glaucoma) e orientações da equipe de fisioterapia sobre prevenção de doenças osteomusculares e postura no ambiente de trabalho.

Quem participou das atividades recebeu informações sobre o grupo de atividade física do TRT-PR, além de panfletos com orientações de saúde.

De acordo com a chefe da Seção Médico-Odontológica, Sônia Gassmann, todas as atividades focalizaram a prevenção de doenças e incapacidades por meio do estímulo à adoção de hábitos de vida saudáveis.

► **APROVAÇÃO** - Os servidores que participaram nos primeiros dias de atividade concordaram com a relevância de eventos como esse na conscientização da importância de se promover a saúde. Marhuska Polli, servidora da Secretaria de Controle Interno (SCI), tem histórico de glaucoma na família e conhece os malefícios da doença. "O glaucoma, por exemplo, é violentíssimo. Esses problemas comuns são justamente os que as pessoas dão menos importância", opinou.

Bias José Pereira dos Santos, da Assessoria Econômica de Orientação de Cálculo (AEOC), destacou o esforço do Tribunal em conscientizar os servidores para exames preventivos. "Com tanta coisa para fazer, a gente acaba deixando de lado, vai deixando..."; reconheceu.

Bruno Calzavara

Tribunal em forma

O Circuito da Lua Cheia, competição que acontece todos os meses no Parque Tingui, em Curitiba, passou a ter participação TRT-PR. A Seção de Fisioterapia e Segurança do Trabalho está promovendo uma ação de incentivo à atividade física para as provas. A próxima etapa está prevista para o dia 9 de maio, no Parque Tingui.

Os interessados podem entrar em contato pelo e-mail fisioterapia@trt9.jus.br, ou pelo ramal 7142, e escolher entre as modalidades corrida e caminhada. O trajeto é feito pela ciclovia, que mede 4,3 km. Os corredores podem dar duas voltas, totalizando um percurso de 8,6 km. Participantes do TRT têm descontos na taxa de inscrição. Crianças também podem se inscrever.

A primeira edição da ação de incentivo à atividade física aconteceu durante o Circuito da Lua Cheia de 7 de março e teve participação do desembargador Luiz Eduardo Gunther e de pelo menos doze servidores. Entre eles, Divino Julian, que escreve sobre suas experiências no mundo das corridas no blog www.julianrunner.blogspot.com. No dia 4 de abril, nova corrida foi realizada.

O Circuito da Lua Cheia já tem cinco anos de existência (está na 50ª edição), e sempre foi feito no Parque Tingui. Quem organiza o evento é o atleta e servidor aposentado do Tribunal de Justiça Gilberto Silva. Ele lembra que, na época, a escolha do local teve duas motivações: "Além de ficar perto da minha casa, o parque era deserto há cinco

anos. Hoje, ele já tem vida, como o Barigui, o São Lourenço e outros parques da cidade", conta. Estimular a visita ao Tingui é um ideal da prova e, por este motivo, Silva promete que ela nunca mudará de lugar.

► **CUIDADOS** - A corrida é uma das atividades que proporciona maior gasto de calorias. Ou seja: é boa para perder peso e para mantê-lo. E por ser uma atividade que não exige o uso de equipamentos é fácil de ser feita. Porém, alguns cuidados devem ser tomados. Verificar como anda a saúde é o primeiro deles. A organizadora da ação de incentivo à atividade física, servidora Vera Lúcia Fuganti, tem conselhos para os iniciantes. "Para começar a correr é bom fazer uma avaliação médica tanto cardiológica quanto ortopédica", ensina.

Vera destaca que a corrida pode melhorar o sistema cardiorrespiratório e trazer muitos benefícios à saúde, mas é importante acompanhar os treinos com um profissional. "A corrida, assim como qualquer outro esporte, precisa de repouso. O excesso de treinamento, chamado de overtraining, pode causar problemas como lesões, insônia e até perda de apetite".

Pessoas com pressão alta, aneurisma, excesso grande de peso, artrite, artrose ou outras dificuldades, devem ter maiores cautelas quanto à prática de atividades físicas e seguir rigorosamente as recomendações médicas.

Daniella Féder

Encontro da Secretaria Administrativa discute planejamento estratégico do TRT



Servidores da Secretaria Administrativa durante encontro no Tribunal Regional do Trabalho

O 1º Encontro dos Servidores da Secretaria Administrativa (SA) do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), realizado nos dias 6 e 13 de março, manteve como foco o planejamento estratégico e a necessidade de alinhar a ele os esforços das áreas de apoio. As palestras foram ministradas pelo diretor da Secretaria Administrativa, Eduardo Silveira Rocha; pelo assessor da Secretaria de Planejamento Estratégico, Francisco de Assis da Luz Ribeiro, e pelo juiz auxiliar da Presidência, Paulo Henrique Kretzchmar e Conti, que explanou sobre o plano de gestão do biênio de 2012 a 2013.

Criado em 2008, o planejamento estratégico do TRT-PR é permeado por três conceitos básicos: missão, visão e valores institucionais. Como missão do Tribunal, estima-se a solução de conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade e o uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão, visando que até dezembro de 2014, o TRT-PR torne-se um referencial na prestação jurisdicional. Quanto aos valores institucionais, Eduardo Rocha destacou

“o comprometimento, a inovação e a credibilidade, que se destacam dos demais por não serem decorrentes de interpretação de lei ou outras normas cogentes”.

De acordo com o assessor da Secretaria de Planejamento Estratégico, Francisco Ribeiro, “o planejamento estratégico é uma escolha, porque dentre todas as alternativas disponíveis, são selecionadas as opções que melhor podem conduzir a instituição à sua visão de futuro”.

O juiz auxiliar da Presidência, Paulo Henrique Kretzchmar e Conti, ressaltou que na gestão da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, “haverá um direcionamento das atividades para a celeridade e a eficácia da jurisdição”, tendo como aspectos de destaque a Interiorização, a Interlocação e a implantação de uma melhor Jurimetria. Para ele, “não a celeridade pura e simples, mas os resultados concretos que a conclusão mais ágil dos processos irá gerar na sociedade são especialmente relevantes”.

Letícia Gabriele

No Dia da Mulher, TRT-PR discute violência

O Dia da Mulher foi comemorado no TRT do Paraná com apresentação do monólogo “Da Violência a Vossa Excelência”. Com texto e interpretação de Heliana da Silva Mendes – integrante da Comissão de Saúde da Mulher do Conselho Municipal de Saúde Curitiba - e direção de Áldice Lopes, a peça abordou a violência familiar e doméstica, enfocando a Lei Maria da Penha. “As mulheres precisam conhecer seus direitos, e mais do que isso, reivindicá-los”, alertou Heliana.

A Lei Maria da Penha - sancionada em 2006 – regula-

menta os casos de violência doméstica contra a mulher e propõe punições mais severas aos agressores – de três meses a três anos de prisão – além da proibição da aplicação de penas pecuniárias, como o pagamento de multas e cestas básicas. A lei recebeu este nome em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que lutou por 20 anos para conseguir a prisão de seu agressor.

Letícia Gabriele

TRT-PR promove o recadastramento anual de aposentados e pensionistas

Na memória as lembranças. Das lembranças as marcas do tempo. E do tempo: uma saudade. Saudade esta, que Maria Lucia Correa garante que só aumenta a cada retorno anual ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) para o recadastramento. Aos 70 anos, Dona Lucinha, como era conhecida pelos colegas de trabalho, recorda em detalhes, toda a trajetória profissional vivenciada no órgão. “Antigamente, nós éramos como uma família, porque a sede do Tribunal era muito pequena, e hoje em dia, em cada porta que a gente abre, tem cerca de 15 pessoas trabalhando”, evidencia Maria Lucia. “É recompensador ver como o TRT cresceu e tornou-se imponente”.



A aposentada Maria Lúcia Correa

Funcionária desde 1976, ano de instalação do órgão, Maria Lucia conta que participou da organização da festa de inauguração do TRT. Na ocasião, a Comissão de Instalação – advinda de Brasília e dirigida pelo servidor do TST, Péricles Cardoso Paes – entregou o regimento do órgão à Corte, presidida por Alcides Nunes Guimarães. “Vieram juízes e funcionários de diversas cidades do Brasil. Nós vivemos uma espécie de intercâmbio nacional”, diverte-se.

Experiências como estas, foram compartilhadas com o juiz Lauremi Camaroski, que ingressou no TRT em 1993. Eleito Corredor Regional em 1997, tornou-se vice-presidente em 1999 e, dois anos depois, assumiu a presidência. “Lembro-me que em uma das audiências em que participei, empurrei a cadeira com muita força para trás e ela virou, erguendo minhas pernas para o ar. Fiquei preso e não conseguia levantar”, diverte-se o magistrado. “E o

mais engraçado foi as pessoas se contorcendo para segurar o riso”, brinca.

Muita coisa mudou, lembra o magistrado. O ambiente, as normas, os processos e os funcionários. “Quando chegamos ao Tribunal, ao mesmo tempo em que reencontramos velhos amigos, desconhecemos muitos dos que estão trabalhando agora”, conta Lauremi.

“Mexeu com o coração, ver crescer uma sementinha que você ajudou a plantar e a regar”, diz Maria Lucia.

Entre diferentes situações, foram anos de dedicação ao Tribunal, que hoje são resumidas em uma só palavra: saudade.

► SOBRE O RECADASTRAMENTO

A Secretaria de Pessoal do TRT-PR promove anualmente, no mês de março, o recadastramento de aposentados e pensionistas, a fim de assegurar a continuidade do pagamento dos proventos e/ou pensão. Realizado por meio de formulário, os aposentados e pensionistas devem comparecer pessoalmente ao setor de Serviço de Dados Funcionais (SERDAF), na Avenida Vicente Machado, 147.

Em caso de impossibilidade de assinatura pelo beneficiário, devidamente comprovada por laudo-médico, será aceito o recadastramento mediante procuração. Já no recadastramento feito por meio de curador, deverá constar o termo de responsabilidade, no qual é assegurada a comunicação de mudanças ocorridas no estado de saúde do representado.

Leticia Gabriele



Osny Zipperer, Antônio Lobo e Lauremi Camaroski (sentado)